

CADE de 10/6 encerrou mandatos, debateu pandemia, orçamento e reestruturação da AJ

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do **Chapão Sintunesp/Associações**, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos feitos na última reunião do CADE, em 10/6/2020, realizada virtualmente por meio do *Google Meet*. A reunião marcou o encerramento do mandato dos atuais conselheiros, dentre eles os representantes do **Chapão Sintunesp/Associações**, que desempenharam de modo firme e combativo a sua gestão no CADE, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores e da educação pública. A todos e a todas, que deixam um belo exemplo de atuação aos que os substituirão, ficam os agradecimentos do Sintunesp e das associações locais.

Universidade e pandemia

A médica Ludmila Cândida de Braga, responsável pela Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST) e presidente do Comitê Unesp Covid-19, apresentou os dados atualizados sobre a pandemia.

Membros do Chapão destacaram a ansiedade reinante entre os trabalhadores quanto à retomada das atividades presenciais e as necessárias iniciativas para que isso ocorra de modo seguro para todos. Eles também informaram que, em algumas unidades, servidores de atividades não essenciais estão sendo convocados para prestação presencial de serviços. Também foi citado o caso da Faculdade de Odontologia de Araçatuba (FOA), que está obrigando os convocados à prestação de serviços essenciais a assinarem um documento em que o servidor isenta a direção e o comitê local de responsabilidades.

Com relação ao retorno às atividades presenciais, a Dra. Ludmila frisou que serão feitas reuniões com diretores de áreas para discutir o planejamento quando chegar o momento e que as diretrizes gerais já foram passadas ao reitor e aos diretores de unidades. Disse que estão sendo discutidos os eventuais efeitos negativos de um retorno às atividades em ocasião errada. Ressaltou as medidas tomadas com relação à saúde dos servidores, especialmente a saúde mental, inclusive na prevenção ao suicídio.

Sobre o documento da FOA, a médica informou que o Comitê Central Unesp Covid-19 não tem conhecimento; ela enfatizou que nenhum documento tem o poder de isentar a unidade de suas responsabilidades. Disse, também, que esse tipo de situação a preocupa e que o assunto deverá ser discutido pelo Comitê Covid-19. Solicitou que lhe seja enviado o documento para que possa analisá-lo. Sobre a queixa dos membros do Chapão com relação ao comitê local de SJ dos Campos, que ainda não havia enviado a lista de serviços essenciais, embora seguidamente solicitado, a Dra. Ludmila reforçou a orientação para que as informações sejam sempre repassadas.

Apresentação da Comissão de Carreira

O professor Leonardo Theodoro Büll, presidente do CADE, agradeceu aos membros da Comissão de Carreira, que teve muito trabalho para elaboração de uma proposta de plano de carreira. Ele disse que a apresentação estava sendo feita antes da finalização da proposta, pelo fato de vários conselheiros estarem concluindo seus mandatos, mas que julgou importante prestar satisfação ao colegiado, que atribuiu à comissão a responsabilidade de expor uma proposta de carreira. O professor Büll frisou que a apresentação não seria disponibilizada agora e que a pretensão é de que a proposta seja finalizada em agosto.

Alexandre Domene, indicado pelo Sintunesp para compor a Comissão, agradeceu por ter participado desse trabalho. Disse que há dois anos a Comissão vem trabalhando com afinco e que, inicialmente, debruçou-se sobre a questão da escolaridade, que estava represada, para depois poder se dedicar ao estudo do plano de carreira. Para ele, o novo plano representa uma mudança de paradigma, que valoriza o servidor técnico-administrativo e mantém sempre sob perspectiva o equilíbrio orçamentário da Universidade. Segundo Alexandre, a comissão tem trabalhado ao máximo para que a subjetividade deixe de fazer parte da ascensão profissional na Universidade.

Kátia Biazotti, da Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP), enfatizou que a ideia é termos um plano de carreira que leve em conta o desenvolvimento de competências. Em seguida, o professor Dinael Corrêa de Campos, membro da comissão, apresentou as propostas elaboradas pela comissão.

Membros do Chapão indagaram quando ocorrerá efetivamente a primeira promoção, após a aprovação da proposta. Em resposta, Kátia disse que teremos noção a respeito do primeiro impacto quando tivermos finalizado as disposições transitórias para implantação do plano. Sobre isso, Alexandre ponderou que houve preocupação com relação ao primeiro impacto e que isso deverá ser decidido entre a comissão e os órgãos colegiados. Ele disse que, da forma como foi demonstrado, para novos ingressantes o plano já estaria pronto e que ser promovido ou não dependeria do servidor.

Outro membro indicado pelo Sintunesp para a comissão, Tiago Borguezon disse que o questionamento sobre quando ocorrerá a primeira promoção ainda terá que ser respondido muitas vezes, pois os servidores ainda terão como referência a carreira anterior. Ele ressaltou também o fato de ser já uma carreira exequível para quem ingressa no quadro. Falou também sobre a quebra de paradigma representada pela proposta e que teremos, realmente,



uma carreira. Tiago lembrou que a construção da carreira chega a 26 anos de atuação e os objetivos são permitir à Unesp se planejar para que essa carreira seja exequível. Lembrou que, além da possibilidade da ascensão funcional, há os acréscimos financeiros decorrentes do tempo de serviço, como quinquênios e sexta-parte.

Lívia Karina, da CGP, ressaltou que a proposta é reconhecer o servidor dentro de sua área de trabalho. Falou sobre a alta performance como elemento de análise para a promoção.

Renata Castilho, representante da área de RH indicada pela PROPEG, comentou que a proposta estabelece os salários por grau de complexidade e que não só a capacitação, mas também a entrega será levada em conta nas avaliações. Ela lembrou ainda que o servidor deverá se habilitar ao processo de promoção, que não será automático. Falou sobre o papel da comissão de calibragem e disse que o ganho salarial implicará a execução de tarefas de maior complexidade.

Kátia disse que o desenho do plano é apresentado pela instituição, mas percorrer o caminho é uma decisão do servidor. Falou também sobre as capacitações, que não serão interrompidas pela Universidade. Disse, ainda, que o dicionário de competências desenvolvido pela comissão será publicado. Sobre a nova tabela, ressaltou que os ganhos são bem maiores do que os 5% estabelecidos na tabela vigente.

Ademir Machado dos Santos, também membro da comissão, esclareceu que após aprovação nos colegiados é que poderemos pensar no impacto. Disse que não podemos esquecer que ainda faltam servidores ser promovidos por escolaridade, que foi suspensa em razão da pandemia. Para ele, este é um novo modelo de carreira, que deverá ser muito bem esclarecido para a comunidade. Ademir lembrou que tínhamos um interstício de 3 anos, em que o servidor podia receber um acréscimo financeiro. A nova proposta, embora trabalhe com tempos diferentes, pode proporcionar ganhos maiores para o servidor. Ele destacou que a comissão está terminando ainda seu trabalho e, sobre a questão financeira, disse que não podemos ficar reféns da decisão da Universidade em aplicar a carreira.

O presidente do CADE, professor Büll, informou que na próxima reunião do CADE, com os novos membros, essa apresentação será feita novamente.

Comissão de Orçamento

O Assessor-Chefe de Planejamento Estratégico Rogério Buccelli fez apresentação do boletim econômico. O professor Cláudio Paiva, presidente da Comissão de Orçamento, propôs que se espere até agosto para saber com mais certeza o cenário que nos aguarda, para não fazermos cortes que venham a ser desnecessários. Disse que é possível manter o horizonte de garantir salários e vale-alimentação, mantendo diálogo constante com toda a comunidade sobre a situação.

Sobre a possibilidade de deixar compromissos para serem pagos em 2021, como o 13º salário, Rogério disse que, quando se passa de um governo para outro, o que sai tem que deixar em caixa o valor referente aos restos a pagar, ou seja, despesas empenhadas no ano que serão pagas no ano seguinte. No caso da Universidade, são contratos e a folha de pagamento de dezembro, num total aproximado de 221 milhões.

Rogério frisou que a folha de dezembro não será empenhada em 2020. Desta forma, os restos a pagar serão de 50 milhões. Com relação ao 13º, disse que o dos celetistas tem que obrigatoriamente ser pago no ano. Disse que não há possibilidade de pagar o 13º de 2020 sem comprometer 2021.

Membros do Chapão parabenizaram a Comissão de Orçamento pelo trabalho realizado, sempre com muita prudência e preocupação com a Universidade, mas na perspectiva de preservar salários e vale alimentação. Eles criticaram duramente a hipótese apresentada pelo conselheiro Sérgio Felisbino, docente de Botucatu, de corte do vale alimentação, classificando-a como cruel. Por fim, concordaram com a sugestão de aguardar até agosto para termos uma visão mais clara da realidade econômica antes de se falar em novos cortes.

Reestruturação da AJ da Unesp

O item 1 da ordem do dia era a proposta de **Minuta de Resolução que propõe a reorganização da Assessoria Jurídica da Unesp**. O professor Büll disse que o fato de pautar essa reestruturação se deve à exigência do Ministério Público.

O professor Celso Antonio Rodrigues, presidente da Comissão de Estruturas e de Funções Administrativas (CEAFA), criada pelo CADE, relatou ter procurado reunir mais informações sobre o assunto para que os membros da comissão pudessem formar opinião. Ele destacou que a conselheira Beatriz Galvão Nogueira, do Chapão Sintunesp/Associações, que integra a CEAFA, não participou da reunião que analisou a proposta por estar em licença nojo.

O advogado Edson Cabral, da AJ da Unesp, apresentou a proposta, que deu margem a muitas discussões. Membros do Chapão destacaram que, no artigo 14 da proposta de minuta, são citados honorários advocatícios e perguntaram se isso não implicaria em aumento na remuneração dos cargos, além de solicitarem um detalhamento sobre como isso se daria.

O professor Celso disse os honorários advocatícios são uma determinação legal e que, na Unesp, esse valor será um percentual sobre o valor do salário.

Kátia, da CGP, disse que os honorários estão no Código do Processo Civil e que, no caso da Unesp, serão desvinculados das causas, criando-se um percentual que seja condizente com as condições da Universidade. Informou também que o organograma da AJ não sofrerá modificações.

Conselheiros do Chapão perguntaram sobre o impacto financeiro que essa reestruturação trará para a Universidade. Levantaram também a questão do salário do Procurador de Universidade, no nível 49 da tabela de vencimentos, quando em todas as outras funções de nível superior o nível máximo de ingresso é 43. Sugeriram que no artigo 13 seja substituída a expressão 'preferencialmente' por 'obrigatoriamente'.

O professor Celso disse que não haverá impacto financeiro e que a abertura de concursos ficará subordinada à viabilidade orçamentária e financeira.

O professor Cláudio Paiva, presidente da Comissão de Orçamento, questionou como iremos responder ao Ministério Público com relação à estrutura, frisando que não temos nenhuma planilha de custos a respeito dessa implementação.

O advogado Edson Cabral disse que a atual estrutura atende ao exigido pelo Ministério Público, de ingresso dos procuradores por concurso público, e que, dentre as três universidades, a Unesp tem a menor AJ: há 10 advogados, sendo que a CEAFA já se posicionou dizendo que seriam necessários mais 9.

Vários conselheiros falaram sobre os altos salários dos advogados e perguntaram se a alteração é só para mexer no subquadro ou se há a possibilidade de contratação assim que apro-



vada a minuta. A resposta, dada por Cabral, é que cabe ao estado determinar os salários dos procuradores e que é isso que os torna mais altos. Ele destacou que a proposta de minuta enquadra os advogados e procuradores como servidores da Unesp, com regras diferentes do estado.

Kátia explicou que a diferença de 10 níveis entre o salário inicial de advogado e a função de procurador é para manter nexos lógicos com a passagem das funções de nível médio para as funções de nível superior. Disse que não há discussão a respeito de subquadro.

Diante de várias sugestões de que a função de procurador tenha concurso público como exigência, Cabral explicou não ser possível, pois não há o cargo de procurador na Universidade. Disse que a Unesp já teve problemas no passado por criar funções e cargos e que não vê imoralidade no fato de um advogado vir a exercer a função de procurador. Por isso, foi feita uma alteração no perfil da função de advogado, para que ele possa exercer a função de representante da Universidade.

A advogada Márcia Walquíria Batista dos Santos disse que o termo procurador é só uma questão de nomenclatura, e quando o advogado for exercer a função de procurador irá receber uma gratificação para esse exercício. Sobre terceirização, disse que, segundo o STF, União e Estados devem ter suas carreiras jurídicas. No caso das Universidades, por serem órgãos do estado, devem ter suas procuradorias.

A citação sobre as gratificações levantou novos questionamentos. Conselheiros do Chapão também lembraram que outras funções têm complexidades muito maiores do que os níveis anteriores e não dão saltos de 10 níveis. A explicação dada pela advogada é que não há como fazer concurso para procurador e, por isso, é preciso fazer para advogado e ele progredir na carreira para exercer o papel de procurador.

A advogada Melyssa Claudia de Falchi Tomasini disse que a questão do 'preferencialmente' prevista na Resolução é para preservar as funções que hoje integram a estrutura da Universidade. Disse que o que se quer é que, por ocasião da passagem para as funções de procurador, isso seja feito por advogados do quadro.

A advogada Márcia sugeriu, então, alterar a redação do Artigo 13, para o seguinte:

Artigo 13 – “As novas funções de Procurador de Universidade serão exercidas, obrigatoriamente, por Advogados integrantes do corpo funcional da Assessoria Jurídica que contem, pelo menos, com 05 anos de exercício profissional em cargo, emprego ou função de natureza jurídica em entidades públicas ou privadas, reconhecido saber jurídico e obtido avaliação favorável no processo de promoção funcional previsto no art. 16 deste Regulamento Interno”.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada com 17 votos favoráveis e um contra, com a alteração proposta.

Comunicações da Presidência

A seguir, os principais tópicos informados pelo presidente do CADE, professor Büll:

- Contratos: A Coordenadoria de Administração disse que, dos 416 contratos informados pelas unidades, 356 seguem mantidos com as mesmas quantidades e valores, 11 suspensos (total do valor suspenso é de R\$ 132.632,68), 49 suprimidos (total do valor suprimido foi de R\$ 840.863,52). A maior parte dos contratos suprimidos é da área da Limpeza, havendo também Portaria, Recep-

ção e Copeiragem.

- Chips para alunos: Foi finalizada a compra de 3.000 chips, que serão entregues a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade econômica e pagos pela Universidade por seis meses.

- Nova alíquota previdenciária: Conforme enviado a todos os servidores por e-mail pela reitoria, a partir de 5 de junho estão em vigor as novas alíquotas da Previdência, em conformidade com a Lei Complementar 1.354, de 6/3/2020 (Reforma da Previdência estadual).

- Suspensão de recadastramento de inativos: Em função da pandemia, o recadastramento de inativos que ocorre na Unesp de 1/6 a 31/8 está suspenso.

Itens diversos nas comunicações dos conselheiros

Os representantes do Chapão fizeram uso da palavra para se despedir do colegiado, agradecer a todos pelo trabalho conjunto e lançar alguns questionamentos, entre eles:

- Situação de Ourinhos: Além de comentar a existência de boatos de que o campus será fechado, eles também falaram da decisão do CEPE de não oferecer vagas no vestibular 2021 para a Unidade. Servidores técnico-administrativos, com apoio de um grupo significativo de alunos e de alguns docentes, protocolaram recurso contra esta decisão do CEPE, que foi tomada com base em documentos elaborados somente por docentes da Unidade e que não tramitaram pelo Conselho Diretor do campus de Ourinhos.

- Situação de Rosana: Os representantes pediram informações sobre os boatos de que o curso de Turismo seria transferido para a FCT/Prudente e o de Engenharia de Energia permaneceria em Rosana, mas na condição de departamento da FCT.

- Pacote de maldades: Os conselheiros criticaram o pacote de maldades que está sendo jogado sobre os servidores públicos, retirando-lhes direitos. Pediram que haja um comunicado claro da reitoria sobre os impactos do Ato Normativo 1/2020, que retira direitos dos servidores até dezembro/2021.

- Terceirizada em SJ dos Campos: Conselheiros deram o informe sobre uma empresa terceirizada que presta serviços em São José dos Campos, que fechou três postos de trabalho, e que é preciso saber se isso foi objeto de redução no pagamento àquela empresa.

- Chips aos alunos e teletrabalho: Conselheiros perguntaram qual é a capacidade dos chips oferecidos aos alunos. Destacaram também que o teletrabalho onera os servidores, pois são obrigados a aumentar gastos com Internet, por exemplo. Há casos de servidores que, por não ter banda larga em casa, são obrigados a se deslocar para o campus a fim de participar de reuniões de colegiados, embora não estejam recebendo o vale transporte.

- Concursos: Conselheiros lembraram que o professor Büll havia dito que dará continuidade aos concursos em andamento. Questionaram o fato de ter sido aberto edital para concurso de professor titular numa das unidades.

O presidente do CADE disse que apresentará as respostas por escrito, posteriormente.